

MP pede intervenção na Saúde

Procuradores dizem que há desmonte no setor. Governo afirma que mais de 100 postos de saúde serão inaugurados

SÉRGIO PARDELLAS

O Ministério Público Federal e o do DF ingressaram ontem com uma ação cautelar na Justiça pedindo o afastamento do secretário de Saúde, Arnaldo Bernardino, e de todos os diretores da rede hospitalar do Distrito Federal.

Fundamentados em auditorias realizadas por um grupo-tarefa do governo federal, os procuradores concluíram que o GDF teria perdido o controle da gestão do sistema de saúde pública local, e não teria "mais condições de continuar a administrar, seja no plano de gestão financeiro-orçamentário, ou no plano da gestão administrativa".

O Ministério da Saúde disse ontem, por intermédio de sua assessoria, que irá aguardar a decisão judicial

para se pronunciar sobre o assunto. Caso seja decretada a intervenção, de acordo com a assessoria, caberá ao ministro da Saúde, Humberto Costa, nomear os novos titulares da Secretaria de Saúde e dos hospitais da capital.

— Encontramos situações precárias em todos os níveis. Há um desmonte e as pessoas estão sendo tratadas de forma desumana — disse o promotor de Justiça Jairo Bisol.

De acordo com o porta-voz do GDF, Paulo Fona, o pedido é inconstitucional, porque "assim como as outras unidades da federação, o DF possui autonomia política e financeira".

Para Fona, a intervenção do Ministério da Saúde também não tem fundamento:

— O sistema está funcio-

nando regularmente e os hospitais estão sendo reformados e mais 100 postos de saúde serão inaugurados em breve — afirmou o porta-voz.

Pelo documento elaborado pelo Ministério Público, as irregularidades no sistema de saúde local envolveriam a falta de insumos para o atendimento da população, de manutenção e renovação de equipamentos e instalações e a carência de renovação de quadro de pessoal.

Os relatórios do grupo-tarefa, segundo o documento subscrito pelos integrantes do Ministério Público, ainda apontaram para a corrupção na saúde pública do DF, "em que até mesmo compras de medicamentos e insumos chegariam a ser feitas por vales, sem licitação e

nota de empenhos prévias".

Na avaliação dos procuradores, a medida política de desviar o controle da execução orçamentária do Fundo de Saúde para a Secretaria de Fazenda teria sido o "primeiro e mais nocivo passo para o descontrole financeiro e posterior desvio dos recursos para outras

ações do governo".

O GDF teria desrespeitado a Constituição, de acordo com o MP, ao deixar de depositar os recursos do Fundo de Saúde numa conta especial como prevê o artigo 33 da Lei Federal 8080/90.

O relatório elaborado pelos

procuradores também questiona o programa de Agentes Comunitários de Saúde, um dos braços assistenciais do Saúde na Família (PSF).

A inspeção, finalizada no último mês pelo grupo-tarefa, concluiu que o programa atua com uma estrutura defasada e completamente distorcida daquela estabelecida pelo governo federal. Foram detectadas falta de medicamentos, de enfermeiros e estrutura física inadequada, comprometendo o desenvolvimento das ações.

pardellas@jb.com.br

Pedido o
afastamento do
secretário Arnaldo
Bernardino

